

FACULDADES DOCTUM DE SERRA
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELE ANGELO DA SILVA
JAQUIELE ROCHA DOS SANTOS
MIRIELLY BARBOSA DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS

SERRA

2019

DANIELE ANGELO DA SILVA
JAQUIELE ROCHA DOS SANTOS
MIRIELLY BARBOSA DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
à Faculdades Doctum de Serra como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Ms Maria das Dores
Santos Silva.

SERRA

2019

DANIELE ANGELO DA SILVA
JAQUIELE ROCHA DOS SANTOS
MIRIELLY BARBOSA DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**

Artigo Científico apresentado à Faculdades Doctum de Serra como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em __/__/____ pela banca composta pelos professores:

ORIENTADORA: Prof^a Ms Maria das Dôres Santos Silva

EXAMINADORA: Prof^a Ms Luciana Galdino

ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS¹

SANTOS, Jaquiele Rocha dos,
SILVA, Daniele Angelo da,
SILVA, Mirielly Barbosa da.²

RESUMO:

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada em um Polo de alfabetização de surdos localizado na escola “*Ernest Huet*”, no município de Serra - ES. Tem como foco principal entender como ocorre o processo de alfabetização dos estudantes surdos. Diante desse objetivo, têm-se como específicos: investigar quais os recursos didáticos e práticas pedagógicas utilizadas pelos professores nos contextos de identidades da comunidade surda e os modos de inclusão no ambiente escolar. Essa pesquisa foi realizada nos parâmetros da metodologia qualitativa, partindo da observação dos recursos utilizados em sala de aula e pesquisas bibliográficas. A fundamentação teórica considera a legislação e as obras de Quadros (1997, 2000 e 2005). - Conclui-se que o processo de alfabetização do estudante surdo deve considerar o ensino em LIBRAS, com professores capacitados, proporcionando aos educandos experiências que ampliem a capacidade de se sentirem pertencentes àquele espaço escolar, utilizando vários métodos para que haja uma interação comunicativa, facilitando, assim, o processo de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização de estudantes surdos. Práticas pedagógicas. Libras.

ABSTRACT:

This article is the result of a research carried out in a deaf literacy center located at the school "Ernest Huet", in the city of Serra-ES. Its main focus is to understand how the literacy process of deaf students occurs. Given this objective, the following are specific: to investigate which didactic resources and pedagogical practices used by teachers in the contexts of deaf community identities and the ways of inclusion in the school environment. This research was conducted in the parameters of the qualitative methodology, starting from the observation of the resources used in the classroom and bibliographic research. The theoretical foundation considers the legislation and works of Quadros (1997, 2000 and 2005). - It is concluded that the literacy process of deaf students should consider teaching in LIBRAS, with qualified teachers, providing students with experiences that expand the ability to feel belonging to that school space, using various methods for communicative interaction, facilitating thus the process of literacy.

Keywords: Literacy of deaf students. Pedagogical practices. Pounds.

¹ O presente texto corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso produzido como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

² Alunas do curso de Pedagogia da Faculdades Doctum de Serra- turma 2019/2. E-mail das autoras: danieleangelo84@gmail.com, jaquielerocha@hotmail.com, miriellysilva95@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos as pessoas com deficiência vem conquistando seu lugar no mundo e o número de pessoas dispostas a lutar pelos direitos dos mesmos cresce significativamente. Sendo assim, foram criadas diversas leis para defesa de seus direitos em vários âmbitos. Toma-se como exemplo as pessoas que já nasceram surdas ou aquelas que perderam a audição gradativamente.

Em 2002, entrou em vigor a lei nº 10.436/02 que oficializa a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como a língua oficial da comunidade surda, um avanço para a conquista de direitos. Entretanto, sabe-se que a implementação das políticas públicas acontecem morosamente, implicando assim na reestruturação curricular, no aparelhamento, na acessibilidade e na formação continuada do corpo docente, a fim de receber esses estudantes e efetivar os processos de inclusão, considerando tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o social.

Segundo Quadros (2005), no Brasil ainda se encontra currículos e metodologias de trabalho distantes da realidade das crianças surdas, como também professores sem qualificação que dificultam o ensino de LIBRAS. Esta situação aguça a curiosidade, uma vez que, há fragilidade na alfabetização desses estudantes nas escolas regulares, pois a linguagem oficial utilizada é o português.

O censo escolar de 2016 registrou que o Brasil possui, na educação básica, 21.987 estudantes surdos, 32.121 com deficiência auditiva e 328 alunos com surdez e cegueira. Dentro do princípio da inclusão como preceito do sistema educacional brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) trabalha para garantir uma série de recursos que contemplem essa parcela da população.

De acordo com a Coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão dos Sistemas de Ensino do MEC, “O aluno tem seu direito garantido à matrícula e o apoio do intérprete educacional, a sala de recursos, o ensino de LIBRAS e o ensino de português como segunda língua para os surdos”. Explica, ainda, que “todo esse conjunto é fornecido pela educação especial”. Porém, mesmo com todos os aparatos

legais para os estudantes surdos, o sistema educacional ainda é falho em realizar e concluir o processo de alfabetização de forma específica para esse público.

Quando se reflete em relação a alfabetização, de imediato remete-se ao sentido de decifração de códigos, pois leva-se a pensar em alfabeto. Porém, nesse trabalho com surdos, envolve a alfabetização como um conceito mais amplo, mais que decifração de códigos. A alfabetização de crianças surdas só proporciona sentido quando ela acontece com LIBRAS, que é a primeira língua falada da comunidade surda. Esta é a língua que deve ser usada nas escolas bilíngues, para que as crianças a aprendam e se apropriem da mesma. Sabe-se que, por diversas questões, acontecem casos de criança surda em idade de escolarização sem a apropriação dos conhecimentos em LIBRAS.

O ideal para o atendimento das crianças surdas é a existência de escolas bilíngues, ou seja, escolas que em sua grade curricular, contemplem dois idiomas: o estudo em Português e o ensino de LIBRAS, como uma língua adicional, como por exemplo, acontece com o inglês. O município de Serra/ES, nosso lócus de pesquisa, mesmo tendo crianças surdas em suas escolas, não possui escola bilíngue de acordo com os padrões da Lei 10.436/02.

Considerando nossos estudos e esta afirmação, o presente artigo pretende discutir **como ocorre o processo de alfabetização de crianças/estudantes surdos no município de Serra – ES?** Para tal, tem como objetivo geral: compreender como ocorre o processo inicial de alfabetização de crianças surdas, bem como os recursos didáticos e práticas pedagógicas utilizadas pelos professores nos contextos de identidades da comunidade surda e nos modos de inclusão no ambiente escolar.

A pesquisa é organizada a partir dos estudos de Quadros (1997, 2000 e 2005), Lei N° 10.436 (2002), Decreto N° 5626 (2005), Dias (2006) e Lacerda (2006).

A coleta de dados foi realizada em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Serra/ES. A escola escolhida possui um polo de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo o único no município, onde disponibiliza espaço e profissionais especializados para receber estudantes surdos de outras escolas

regulares do município, dedicando-se à alfabetização desses estudantes. Muitas dessas crianças que participam desse projeto, não tiveram seu primeiro contato com LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) de imediato ou até mesmo com outras pessoas com a mesma deficiência. Contudo, o AEE abre oportunidades para esse primeiro contato com LIBRAS e com outros sujeitos surdos, pois esse procedimento faz parte do processo de alfabetização dos estudantes surdos.

Na EMEF “*Ernest Huet*” (assim denominado pelo fato de ser o nome do fundador da escola de surdos no país no Séc. XIX), onde se encontra o polo de atendimento especializado para surdos, realizamos uma entrevista com a professora Juliana, responsável pelo AEE, onde foram levantados questionamentos sobre o processo de alfabetização dos estudantes surdos e feitas observações dos espaços nos quais são recebidos esses estudantes, contemplando os materiais didáticos ofertados e a forma que os mesmos são utilizados como proposta pedagógica.

A partir dos estudos e pesquisas realizadas, compreende-se que a alfabetização de estudantes surdos se dá gradativamente, podendo obter resultados diferentes, dependendo do grau de conhecimento em LIBRAS que os estudantes apresentam. Entende-se que para alfabetização de estudantes surdos ocorra, se faz necessário o uso das LIBRAS, mas está aliado a várias ferramentas nesse processo, como materiais visuais, uso de tecnologias e jogos para melhor aprendizagem dos conteúdos.

Vale ressaltar que o AEE não é um reforço escolar, esse atendimento especializado requer um planejamento próprio e específico para cada estudante, adequando-se de acordo com sua necessidade de aprendizagem.

2 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA

O primeiro estudo é de Palma (2012), realizado no Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação (CENSUPEG), São Joaquim, em nível de Pós-Graduação Lato Sensu. A problemática central do trabalho foi verificar como ocorre a inclusão de

alunos surdos em uma rede de ensino regular utilizando a Língua Brasileira de Sinais e a preparação dos professores para receber esses alunos.

Os principais autores utilizados foram: Skliar (2005); Goldfeld (2003); Carvalho (2007). Dentre os resultados da pesquisa verificamos, a partir da autora, que o assunto sobre a educação de surdos se torna um tema muito polêmico. Palma (2012), verificou que muitos autores defendem a participação dos alunos surdos em redes de ensinos regulares e outros já optam por escolas de surdos. Segundo a autora, a não partilha da língua comum na rede de ensino, impede a participação efetiva em eventos discursivos que são fundamentais para a constituição de um sujeito.

A inclusão, por mais conhecida que seja, muitas vezes cria uma imagem falsa de que é um sucesso no Ensino Fundamental. Para que os alunos surdos sejam melhores na escola é fundamental que haja uma preparação dos professores e da estrutura escolar, para que os conteúdos e a construção do conhecimento sejam efetivados na língua de domínio destes e os docentes partilhem com os mesmos a língua de sinais, de modo a desenvolver-se o mais plenamente possível.

O segundo estudo é de Rodrigues (2014), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – em nível de pós-graduação (tese), tendo como a problemática central investigar a História da Educação de surdos no estado do Espírito Santo, nas décadas de 1950 a 1970.

Os principais autores utilizados foram: Costa (2007), Bloch (2001) e Bakhtin (2010), Sobral (2009), entre vários outros que foram citados no decorrer desta pesquisa.

O trabalho buscou compreender o movimento local de alfabetização de surdos dentro do contexto nacional, justificando que nesse período houve grandes mudanças para a alfabetização de surdos. Completa que, com o resultado da pesquisa, puderam evidenciar que a alfabetização de surdos é um processo possível, desde que as condições linguísticas dos estudantes surdos sejam respeitadas e que haja um ensino intencional e sistematizado.

Sendo assim, a escola precisa se organizar e planejar suas atividades e metodologias, visando sempre atender as diferentes formas de aprendizagens que lhes serão

apresentadas enquanto sujeitos constituidores de direitos. Cita a Constituição Federal de 1988 no seu art. 208, quando diz sobre o direito das pessoas com deficiências receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino. A educação em rede de ensino regular faz parte das políticas públicas no processo de inclusão. No art. 205, ainda, amplia a educação como direito de todos e dever do estado e da família, que terá a colaboração da sociedade ao virar o pleno desenvolvimento do sujeito e o preparo para exercer a cidadania.

Por último, destacamos a pesquisa de Santos (2015), realizado na Universidade de Brasília (UnB), em nível de Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB. Obteve como problemática central, analisar como as práticas de alfabetização e inclusão são desenvolvidas pelos professores no processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos de uma escola da rede pública municipal de ensino de Sítio do Mato – BA e como ocorre a integração família x escola nesse processo.

O objetivo principal foi analisar como as práticas de alfabetização e inclusão desenvolvidas pelos professores contribuem para o desenvolvimento do processo de alfabetização e inclusão dos alunos surdos. Os principais autores foram: Rijo (2009), Lacerda (2008) e Silva (2001), entre tantos outros que enriqueceram a pesquisa.

Santos (2015) notou que as salas de aula que atendem crianças surdas comportavam de 28 a 32 alunos, o que torna difícil a inclusão. De maneira geral, durante a observação foi possível perceber que os professores se relacionam com os alunos surdos tentando dar atenção e compreender o que eles desejam. Com muita dificuldade, os professores tentam explicar os conteúdos e como resolver as atividades propostas. Nesse sentido, os alunos surdos não contam com estratégias e metodologias adequadas que atendam às suas necessidades, visto que os professores se desdobram para conseguir cuidar de toda a turma, hora com paciência, hora com estresse, em virtude do quantitativo de alunos.

A partir da leitura dos três estudos, observa-se que a sociedade surda percorreu um longo caminho para chegar à posição que se encontra hoje. Desde o início de sua história, os surdos sofreram com a imposição e com a exclusão. Eles não tinham voz ativa na sociedade, não tinham direitos de uma educação inclusiva e nem professores qualificados para esse processo de ensino-aprendizagem.

A inclusão é fundamental à garantia do acesso e permanência na escola como direito de todos. Contudo, não basta somente falar em inclusão para que esta seja efetivada, tendo em vista a carência de profissionais especializados para auxiliar esses estudantes que necessitam ser incluídos. A especialização de professores nessa linha de alfabetização (em LIBRAS) a cada dia está sendo mais procurada, graças às leis que amparam os estudantes surdos, como também os professores especializados, sem dizer que as especializações desses professores os preparam para a recepção e afetividade que é de extrema importância quando falamos em surdez e inclusão.

Refletimos então, que esse processo de ensino-aprendizagem está relacionado aos processos de alfabetização, aos métodos usados em sala de aula, aos planejamentos realizados pelos professores especializados e à recepção com esses estudantes surdos. A instituição de ensino deve estar preparada, ter estrutura física e organização para que esse ensino aconteça de uma forma inclusiva, onde os estudantes tenham liberdade de expressão, possam aprender com trocas de experiências, materiais didáticos próprios disponíveis e haja a inclusão não somente de suas deficiências, mas também deles como pessoas.

3 O SURGIMENTO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ao longo dos anos os surdos enfrentaram empecilhos para serem reconhecidos no mercado de trabalho, na educação, no meio social e também na inclusão de sua linguagem.

A história da inclusão dos surdos na sociedade é bem antiga. No Egito, por exemplo, os surdos eram considerados como deuses; os chineses, por sua vez, lançava-os ao mar para oferecer como sacrifício aos deuses; na Grécia eram considerados seres incompletos. Pensadores e filósofos como Stobel e Aristóteles seguiam um

pensamento preconceituoso sobre os sujeitos desprovidos da audição, segundo seus pensamentos, ensinar uma pessoa surda era uma perda de tempo. De acordo com a linha de pensamento de Strobell (2009, p.18) “[...] de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdos-mudos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”.

Para os romanos os surdos eram seres imperfeitos. Os cristãos acreditavam que o surdo diferente dos ouvintes, eram seres sem almas. Somente no fim da Idade Média que a surdez passou da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, onde a deficiência passou a ser analisada por médicos e especialistas.

Por volta do século XV, os surdos ainda eram considerados mundialmente como seres ineducáveis. Somente a partir do século XVI, na Europa, essa ideia começou a ser deixada de lado, tendo assim, a luta pela educação dos surdos.

A convite de D. Pedro II, “*Eduart Huet*” veio ao Brasil para fundar a primeira escola de surdos no país, na época era chamada de Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Segundo Bogas (2016) o termo “surdo-mudo” não é mais usado por ser considerado um termo incorreto, mas a escola persistiu e continua aberta até os dias de hoje com o nome “Instituto Nacional de Educação de Surdos”, também conhecida como INES.

Com um instituto estabilizado no Brasil, foi criado a LIBRAS a partir de uma mistura de Língua de Sinais Francesa e de gestos que já estavam sendo utilizadas com os estudantes surdos no Brasil no INES.

Pouco a pouco os surdos foram alcançando seu espaço no Brasil, porém em um congresso sobre surdez, em Milão, proibiu-se o uso da língua de sinais no mundo alegando que a leitura labial era a melhor opção para uma comunicação de surdos. Segundo Bogas (2016), esse fato não fez com que a língua dos surdos parasse de uma vez, mas dificultou a expansão desta no país.

Depois de muitas derrotas, a língua de sinais foi aceita, porém as lutas continuaram. Apenas em 2002 a LIBRAS foi finalmente reconhecida como a primeira língua oficial dos surdos. Assim, a mesma se apresenta como um sistema de ligação e transmissão de ideias e fatos para as comunidades surdas no país.

A Língua Brasileira de Sinais é considerada a primeira língua da comunidade surda, em um dos livros oferecido pelo Ministério da Educação e do Desporto em 2004, devido à estrutura, contextualizou que as línguas de sinais são línguas naturais, que, assim como as línguas orais, surgiram de forma espontânea entre interações de pessoas, permitindo, assim, a expressão de qualquer conceito, como por exemplo, emotivo, racional, literal, descritivo, concreto e abstrato. Enfim, a mesma permite a expressão de qualquer palavra oralizada, de qualquer significado da necessidade comunicativa e expressiva de um ser humano.

Para Gesser (2016), os sinais de LIBRAS é uma combinação de configuração de mãos, espaço e corpo, onde os sinais são feitos também por expressões faciais e corporais, transmitindo as sensações e os sentimentos, que para os ouvintes são transmitidos pela entonação da voz e juntos compõem as unidades básicas dessa língua. A Lei 10.436/02 enfatiza:

Art. 1º Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Segundo o Artigo 58 da LDB/96 (P. 35): “Entende-se por Educação Especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais”.

Sendo assim, entende-se que a Língua Brasileira de Sinais é sinalizada como visual-espacial, ou seja, para reproduzi-la e compreendê-la é necessário utilizar a visão e o espaço para formar as palavras nessa língua. A aprendizagem da língua se dá na escola regular, como afirma a legislação, tendo os profissionais adequados para atender os estudantes surdos, como os professores bilíngues e intérpretes.

No ano de 2008 a Presidência da República dispunha do Decreto nº 6571, tornando conhecimento público o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. O atendimento educacional

especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 27).

O AEE procura suprir essa carência de linguagem em relação à aquisição da primeira língua (LIBRAS). Com isso tem por objetivo incentivar a produção de recursos didáticos para estudantes com deficiências. Sabe-se que as escolas de ensino regular, onde há estudantes matriculados com surdez, têm por lei a necessidade do professor intérprete que acompanha a criança surda e auxilia no desenvolvimento de suas atividades, porém há falhas referente a socialização, pois é constante o isolamento do estudante com o intérprete.

A prefeitura municipal de Serra/ES a partir da resolução 195/2016, apresenta as Diretrizes para a Educação Especial da Rede Municipal de Ensino, destacando o AEE cuja função é complementar ou suplementar a formação do estudante surdo, garantindo recursos, serviços de acessibilidade para eliminar barreiras para a plena participação do estudante surdo na sociedade e no desenvolvimento da aprendizagem.

Contudo, nota-se que a partir das resoluções criadas pelo governo o AEE tem um ponto histórico da Língua Brasileira de Sinais, notando-se claramente a evolução do ensino de LIBRAS, com o passar dos anos, nas escolas de ensino regular, identificando assim o quanto ela é importante para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes surdos.

3.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A COMUNIDADE SURDA

Segundo pesquisas realizadas por Muttão (2018) e Lodi (2018) por muitos anos em nosso país a formação de professores para a comunidade surda não foi uma preocupação. Apenas na década de 1970 que as habilitações na área de educação especial foram oferecidas no curso de Pedagogia e entre elas a educação voltada para estudantes surdos – Educação de Deficientes da Audiocomunicação (EDAC). O objetivo central dessa formação era para que os estudantes surdos tivessem a mesma condição de estudo e desenvolvimento oral, assim como os estudantes ouvintes.

No ano de 2002, a LIBRAS foi oficializada mediante a promulgação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, garantindo seu status linguísticos. Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que confere à comunidade surda brasileira o direito ao ensino e apropriação das duas línguas, a Língua de Sinais, como sua língua materna, e a Língua Portuguesa, como segunda língua na modalidade escrita.

O Decreto nº5626/05 determinou a inclusão de LIBRAS como disciplina obrigatória na formação de professores, deixando a carga horária e o currículo dessa disciplina ser definida pela instituição de ensino. Além dessa formação, faz necessário ainda uma disciplina curricular que aborde a língua portuguesa como a segunda língua.

Essas duas disposições determinam que o ensino de LIBRAS seja oferecido no ensino superior. Diante disso, afirma-se que, a formação de professores para atuar com os estudantes ainda é recente em nosso país, observa-se que são poucos professores com uma formação complementa em LIBRAS, surgindo assim discussões em torno do processo de inclusão dos estudantes surdos e da formação dos profissionais para atuarem na educação

Em 2008, foi publicada a nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que reconheceu a educação inclusiva como uma ação social, política e pedagógica em defesa dos direitos de todos terem acesso à educação, direcionando as ações de educação especial para o AEE – Atendimento Educacional Especializado – que é responsável por disponibilizar recursos, orientações e apoios aos estudantes com deficiências nas salas regulares. Para a formação desses profissionais do AEE, segundo Ministério da Educação (2008), os mesmos devem ter: “Formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.” (Brasil, 2008, p. 11).

Foi assegurado no PNE de 2014, Lei nº 13.005, a formação em nível superior para todos os profissionais na área da educação básica e cursos de licenciatura na área que já atuam, investindo em educação continuada, levando em consideração as necessidades que o sistema de ensino apresenta. No entanto, em nenhum momento

fala-se sobre uma formação continuada para professores de estudantes surdos, citam apenas pequenos trechos sobre o sistema de inclusão e sobre o incentivo a ela.

Para Soares (2013), com relação à educação de estudantes surdos, os professores devem ter uma formação especializada, assemelhando-se muitas vezes dos profissionais em línguas estrangeiras. Para a autora esses professores devem participar da vivência e do conhecimento de LIBRAS, embora reconheça que essas, muitas vezes, não se tornam suficientes para as práticas pedagógicas necessárias.

Mesmo após alguns anos da regulamentação da Lei 10.436/02, as iniciativas ainda se mostram em um ritmo moroso. Na maioria das vezes os professores são encaminhados para a sala de aula desconhecendo as particularidades dos alunos, isto é, não são formados adequadamente. Botelho (2002) faz uma crítica ao ensino nas escolas comuns, pontuando que a maioria dos estabelecimentos desconhece a criança surda e as consequências da surdez. Nessa direção, Blanco (2002) afirma que a escola deve estar preparada para receber todas as pessoas, de modo que se tenha lugar para todas as diferenças individuais, inclusive aquelas associadas a alguma deficiência.

No município de Serra/ES o polo do AEE localiza-se na escola “*Ernest Huet*”. A professora Juliana, responsável por esse atendimento especializado, destaca a necessidade dos professores terem a formação completa, para que tenham capacidade de receber todos os tipos de estudantes. Os professores regentes dessa instituição deveriam ter um estudo complementar em LIBRAS, pelo fato de receber constantemente estudantes surdos. Isso facilitaria a comunicação com esses sujeitos, além de ser uma forma de inclusão e participação dessa sociedade surda que vem crescendo cada dia mais.

3.2 ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS

A alfabetização é uma das etapas mais importantes da vida escolar do estudante, pois é o momento em que o mesmo ingressará em uma nova etapa, descobrindo novos caminhos e entrando efetivamente no mundo da leitura e escrita.

Sabe-se que a alfabetização não é um processo de percepção e memorização, pois o estudante precisa construir conhecimento e entender que a leitura e a escrita representam como saber representar graficamente essa linguagem. Partindo desse pressuposto, entende-se que o processo de alfabetização do surdo é mais complexo, pelo fato das dificuldades encontradas devido a sua limitação auditiva. A audição é o sentido que possibilita o desenvolvimento da linguagem e comunicação entre as pessoas e é por meio da linguagem que o indivíduo estrutura seu pensamento e estabelece a comunicação com o outro.

No processo de alfabetização dos surdos destaca-se a importância do bilinguismo como proposta educacional, tendo consciência de que o bilinguismo traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda, reconhecendo a língua de sinais como primeira língua e mediadora da segunda: a língua portuguesa.

Vale ressaltar que o bilinguismo favorece o desenvolvimento cognitivo e a ampliação do vocabulário da criança surda. Porém, segundo Quadros (1997), não é suficiente que a escola seja apenas bilíngue, ela precisa ser bicultural para que os surdos tenham acesso à comunidade ouvinte, mas que seja participante da comunidade surda.

Entende-se, então, que a alfabetização dos surdos é um processo lento, pois depende de vários fatores, tendo como principal a própria língua. Muitos dos estudantes surdos têm dificuldades no processo de aprendizagem, principalmente aquele que não tem a LIBRAS como sua primeira língua, por isso a importância do sujeito se aceitar e aceitar a LIBRAS como sua língua materna, como diz PEREIRA (2008, p.208).

A única forma de assegurar que os textos se tornem significativos para os alunos surdos, é interpretá-los na língua de sinais, em um processo semelhante ao observado na aquisição de uma primeira língua. (apud PEREIRA,2008, pg.208).

O surdo é considerado como um indivíduo bicultural, pois o mesmo está inserido em culturas diferentes, porque a cultura dos surdos não é a mesma que a cultura dos ouvintes. Contudo, para que o estudante surdo seja alfabetizado e letrado com a Língua Portuguesa é necessário que o mesmo conheça a Língua Sinais que será essencial para a comunicação com pessoas ouvintes ou surdas.

“A Língua Portuguesa é considerada a segunda língua dos alunos surdos, o que significa que seu aprendizado vai se basear nas habilidades linguísticas adquiridas na Língua Brasileira de Sinais.” (PEREIRA, 2008, p. 22)

Compreender LIBRAS faz com que o estudante tenha seu primeiro contato com o mundo a sua volta, portanto é necessário que o mesmo seja alfabetizado nesta língua de acordo com sua realidade. Dessa maneira a LIBRAS se torna a porta de entrada para a inclusão desse cidadão no mundo.

Faz-se necessário o uso de recursos visuais para a compreensão da língua portuguesa, seguidos de uma exploração contextual do conteúdo em estudo. Nery e Batista (2004) afirmam que:

(...) o processo de ensino do aluno surdo se beneficia do uso das imagens visuais e que os educadores devem compreender mais sobre seu poder construtivo para utilizá-las adequadamente; a formação de conceitos seria facilitada utilizando representações visuais, e a sua adoção, nas atividades educacionais, auxiliaria no processo de desenvolvimento do pensamento conceitual, porque a imagem permeia os campos do saber, traz uma estrutura e potencial que podem ser aproveitados para transmitir conhecimento e desenvolver o raciocínio (p. 290).

Em virtude do que foi mencionado, o estudante surdo precisa de uma metodologia de ensino própria, com sala de aula adequada, em que predomine o visual. É importante perceber que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento da pessoa ouvinte, precisando apenas que suas necessidades específicas sejam atendidas.

4 RECURSOS DIDÁTICOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS PARA ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS

No polo do AEE localizada na EMEF “*Ernest Huet*”, município de Serra/ES, são matriculados em média 16 estudantes surdos (desse número apenas 6 alunos são frequentes), entre 5 e 15 anos de idade da educação básica do município de Serra com diferentes graus de aprendizagens, muitos já conhecem e praticam a língua de sinais e outros já chegam sem ao menos reconhecer a LIBRAS como sua primeira língua. Sendo assim é necessário partir para a observação dentro da sala de aula para

compreender o que cada estudante sabe e quais são e como são utilizados os recursos didáticos. Compreende-se que os recursos didáticos são ferramentas capazes de ajudar o professor a facilitar o processo de ensino e aprendizagem, sendo capaz de estimular os mecanismos sensoriais e visuais espacial do estudante surdo.

Para que aconteça a alfabetização a professora necessita de diversos recursos, tanto visual como tecnológico e principalmente uma sala acolhedora. Observa-se esse aspecto na sala de recursos do AEE no polo da Serra/ES, pois o ambiente em que a criança está inserida é fundamental para que a sua aprendizagem aconteça de forma significativa, de acordo com a professora responsável Juliana.

Enfatizando a afirmação da professora Juliana, Horn (2004) afirma que:

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado. HORN (2004, p. 28).

A sala do AEE localizada no município de Serra possui o alfabeto em LIBRAS, desenvolvido para a escrita desta língua. O quadro branco apresenta imagens com configuração de mão representando cada município do estado do Espírito Santo e os numerais, jogos interativos em LIBRAS ou escrita em português, trilha com sinais em LIBRAS no chão, muito bem ilustrado e com tamanhos proporcionais para o claro entendimento. A professora também faz uso dos "*Emojis*" (figuras da internet que expressam sentimentos), com o objetivo de que os estudantes possam se expressar, dizer como estão, sempre de forma lúdica e dentro do contexto social que estão vivenciando.



Figura 1 - Alfabeto desenvolvido para escrita em LIBRAS

Fonte: Autoria própria (2019).

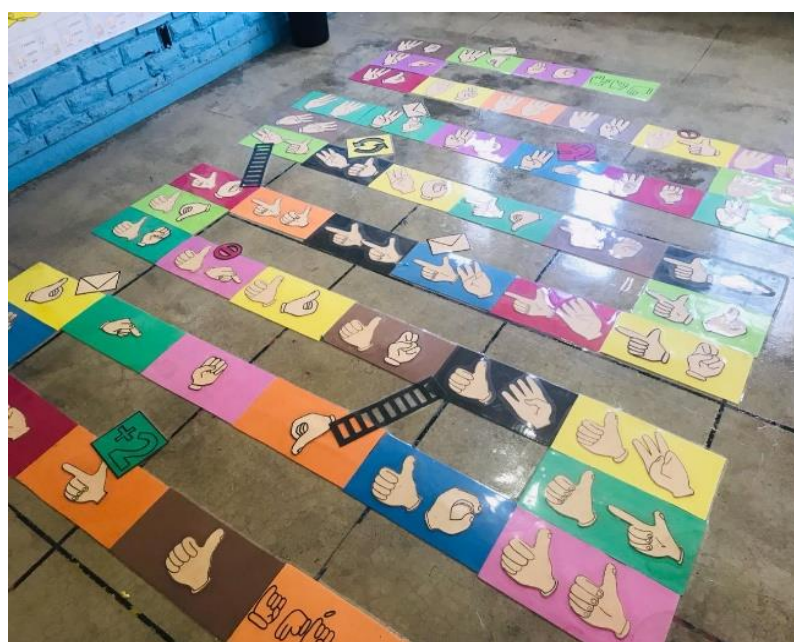


Figura 2 - Trilha com sinais em LIBRAS

Fonte: Autoria própria (2019).



Figura 3 - Emojis e alfabeto em LIBRAS

Fonte: Autoria própria (2019).



Figura 4 - Espaço pedagógico

Fonte: Autoria própria (2019).

O uso de figuras/imagens no processo de alfabetização é primordial, principalmente com aquelas crianças que não tem LIBRAS como sua língua materna. Essa forma de metodologia auxilia os estudantes a terem o primeiro contato com a LIBRAS,

entendendo que a mesma não é apenas um emaranhado de sinais, mas sinais que, juntando, trazem um sentido ao que se quer dizer.

Nesse ato de alfabetização se torna frequente, também, o uso de tecnologias, como imagens televisivas, computadores, celulares, jogos online, para melhor compreensão dos estudantes, relacionadas à sua língua (LIBRAS) e o português. Utilizando esses recursos com os estudantes mais fragilizados com a LIBRAS, consegue-se alcançar resultados mais rápidos e positivos.

Todos esses recursos utilizados na sala contribuem para a aprendizagem e para o processo de alfabetização dessas crianças. Segundo as informações recebidas pela professora Juliana, são oferecidos pelo MEC apenas orientações ao trabalho pedagógico realizado com esses estudantes.

Assim como é feito para os estudantes ouvintes, o AEE conta com planejamentos realizados pela professora responsável acompanhada com a equipe pedagógica da escola. No polo de Serra/ES esses planejamentos acontecem todas as quartas-feiras durante o dia, onde são discutidos a partir das observações realizadas durante as aulas os melhores recursos didáticos para cada criança surda, pois cada um tem a sua particularidade, seu processo de aprendizagem, diferente dos ouvintes que é realizado somente um planejamento para a sala. A partir desses planejamentos realizados que a professora dirá quais são os recursos didáticos para a alfabetização de cada estudante surdo, os pontos a serem melhorados e os meios de intervenções, isso requer dedicação e tempo.

4.1 IDENTIDADE DO ESTUDANTE SURDO

Na EMEF “*Ernest Huet*”, quando se recebe uma nova matrícula de um estudante surdo para o AEE, é realizado todo um movimento para recebê-lo, além de ser feita uma reunião com o corpo docente e, especialmente, com a professora responsável desse projeto onde são discutidas várias questões em relação ao estudante. O AEE conta principalmente com a professora Juliana, especializada com formação na área. A EMEF “*Ernest Huet*” não possui nenhuma conexão com as outras escolas regulares do município, ou seja, não há uma troca de informações quando se trata dessas

crianças surdas, a única informação passada do estudante é por meio das fichas de matrícula.

Todas as características e informações necessárias do estudante são colocadas em arquivo no ato de sua matrícula, que fica disponibilizada para a equipe de coordenação pedagógica da instituição e posteriormente, passada para o corpo docente e para a professora regente do AEE.

No polo de Serra/ES essas informações são necessárias para conhecer um pouco mais o estudante, como por exemplo, compreender se o mesmo tem surdez congênita ou deficiência auditiva, se a família em que ele está inserido compreende o aspecto da surdez, como é o convívio na escola na qual foi matriculado, como é o convívio do estudante com outras pessoas surdas e ouvintes.

De acordo com análises realizadas no AEE de Serra/ES, compreende-se então que cada sujeito possui sua característica, sendo de modo particular ou de modo geral, e que essas características constituem o que ele é, constrói sua identidade, por isso a necessidade de recursos didáticos e práticas contextualizadas.

Segundo a professora Juliana (professora responsável pelo AEE), a identidade do estudante surdo é construída a partir do meio social em ele está inserido e a da convivência dos mesmos com outros sujeitos surdos, fazendo com que eles identifiquem em que comunidade se encaixa e qual sua real identidade.

Segundo Perlin (1998) as identidades dos surdos podem ser definidas como:

- **Identidade flutuante:** O sujeito surdo se espelha na representação hegemonia do ouvinte, ou seja, ele se manifesta de acordo com o mundo ouvinte.
- **Identidade inconformada:** O sujeito surdo não consegue captar as informações e representações do ouvinte, se sente numa identidade subalterna.

- **Identidade transição:** Quando o contato do sujeito surdo com a comunidade surda é tardio, passando de uma comunicação visual oral para a comunicação visual sinalizada, fazendo com que o sujeito passe por um conflito cultural.
- **Identidade hídrica:** Quando o sujeito surdo nasce ouvinte e se ensurdeceu por alguma circunstância, tendo como prática as duas línguas (linguagem oral e língua de sinais).
- **Identidade surda:** Na qual ser surdo é estar no mundo visual e desenvolve sua experiência na língua de sinais. Os surdos que assumem a identidade surda são representados por discursos que os veem capazes como sujeitos culturais, uma formação de identidade que só ocorre entre espaços culturais surdos.

Pode-se observar, contudo, que a identidade do estudante é construída a partir do meio social em que ele está inserido e que dependerá da organização familiar e escolar para que essa construção seja efetivada, levando em consideração os critérios como: as relações dos conteúdos apresentados com a cultura surda, a valorização dos conteúdos e a participação escolar e social com o uso da língua de sinais.

AEE é reforçado que esses critérios são fundamentais para o aluno ter êxito na caminhada educacional. Por todos esses aspectos, o professor, ao alfabetizar o estudante surdo, deve levar em consideração a sua identidade e respeitar o seu espaço cultural, alcançando as especificidades de cada um.

5 COLETA DE DADOS NA ESCOLA “ERNEST HUET”

Essa investigação foi realizada nos parâmetros da metodologia qualitativa, partindo da investigação/observação da vivência do estudante surdo na escola. Segundo Minayo (1995, p.21-22):

“A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não se pode se quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 1995).

Para compreender melhor o universo da alfabetização de estudantes surdos, a investigação foi realizada no EMEF “*Ernest Huet*” no município de Serra/ES, tendo como sujeitos de investigação os estudantes surdos e a professora responsável pelo AEE que está envolvida neste processo de alfabetização.

O principal instrumento da pesquisa é a entrevista semiestruturada, pois se trata de um instrumento flexível para a coleta de dados. Para Marconi e Lakatos (1996) a entrevista é vista como um encontro com duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha as respostas necessárias a respeito de um assunto já pré-determinado, mediante a uma interação profissional. Esse procedimento é usado para uma investigação social, para coleta de dados, para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A entrevista foi realizada na EMEF “*Ernest Huet*”, localizada no município de Serra/ES. Essa escola foi selecionada para nossa pesquisa, pois é nela que fica localizado o único polo do AEE para surdos.

O AEE que é o Atendimento Educacional Especializado é oferecido para todos os estudantes com algum tipo de deficiência. O ensino realizado no AEE é diferenciado das aulas regulares em salas de aula e os mesmos devem ser no contra turno das aulas em escolas comuns, tendo outros objetivos, planejamentos e procedimentos educacionais. Segundo a Secretaria Municipal da Educação de Serra, o AEE tem como objetivo atender, da melhor forma, as especificidades dos estudantes, complementando ou suplementando a educação escolar e devendo e se disponibilizando em todos os níveis de ensino.

A Escola “*Ernest Huet*” tem um polo especializado na área da surdez e está disponível para todos os estudantes surdos do município, desde que os mesmos sigam os procedimentos adequados, para que a matrícula no AEE seja concretizada. Segundo a Secretaria da Educação Especial, esses são os seguintes passos:

- O estudante precisa estar matriculado em uma das unidades de ensino do município de Serra;
- Necessita ter cadastro na Coordenação de Educação Especial. Para que seja realizado o cadastro é necessário que o responsável entregue o laudo médico compatível com o público-alvo da Educação Especial à Unidade em que o estudante está matriculado;
- Após o cadastro, a família deve solicitar a Unidade de Ensino a ficha de acompanhamento do estudante para que seja preenchida e entregue na unidade de referência.

Como já assinalado, para que o estudante surdo esteja efetivamente integrado no AEE, ele precisa estar matriculado em uma rede de ensino, contendo todos os requisitos necessários como o laudo médico.

Chegando à instituição escolhida para a pesquisa, fomos recebidas por funcionários da instituição que imediatamente nos encaminharam até a professora Juliana. Antes da entrevista a mesma nos mostrou o espaço onde é realizado o atendimento aos estudantes surdos. Observou-se que a sala é um ambiente amplo e organizado, com diversos recursos visuais, alfabetos em LIBRAS, jogos, figuras que expressam sentimentos e emoções, entre outros.

Realizou-se uma entrevista com a professora Juliana, graduada em pedagogia e especializada em Língua Brasileira de Sinais. A mesma escreveu o livro "*LIBRAS E O SABOR DOS SINAIS CAPIXABAS: Livro Ilustrado De Língua Brasileira De Sinais*" no ano de 2014, escrito com mais duas professoras especializadas em LIBRAS.

Segundo a professora Juliana, ao que diz respeito ao trabalho pedagógico da escola, ela se reporta primeiramente ao pedagogo, com quem planeja tudo que é trabalhado com o estudante. No que diz respeito às especificidades da área, o professor especialista acaba tendo mais conhecimento, contribuindo com o pedagogo no sentido de planejamento específico para a criança surda, ou seja, estando na instituição se faz necessário reportar aos profissionais da escola (diretor, coordenador

e pedagogo), sempre respeitando a hierarquia. No sentido mais amplo, como eventos, o contato é juntamente ao setor de Educação Especial.

Para essa entrevista utilizou-se como instrumento de pesquisa questionários para melhor discussão do assunto. Os recursos utilizados foram: observação, celular (gravação de toda entrevista em áudio) e anotações. A entrevista e as observações tiveram uma duração média de 4 horas, onde se pode tirar dúvidas sobre esse processo de alfabetização e observar a estrutura da sala de aula para receber esse estudante surdo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O site da prefeitura de Serra divulgou em 2016 (não possui dados atualizados) que estão matriculados 67 mil estudantes, sendo 21 mil em Educação Infantil e 46 mil no Ensino Fundamental. Desse quantitativo, apenas 1.063 crianças são deficientes, segundo a Coordenação de Educação Especial. Não foi divulgado um número específico de estudantes surdos matriculados nas redes de ensino no município de Serra.

O município de Serra não tem uma escola bilíngue, somente um polo de especialização (AEE), localizado na EMEF “*Ernest Huet*” que atende todos os bairros. De acordo com a entrevista realizada com a professora, são em média 16 estudantes de 05 a 15 anos matriculados no AEE, desse número somente 6 tem frequência (1 no turno matutino e 5 no turno vespertino), quanto aos outros não há uma frequência contínua.

A professora enfatiza que esse número de frequência poderia ser maior, mas há vários fatores que impossibilitam que esses estudantes cheguem ao polo de atendimento, como, por exemplo, a falta de transporte para o deslocamento desses estudantes, que por sinal, de acordo com o site da prefeitura de Serra/ES é obrigatório, laudos médicos inadequados, que por muitas vezes cria-se expectativas que o estudante possa voltar a ouvir, com isso os familiares não levam seus filhos ao atendimento no polo. E o que mais incomoda a professora é a falta de um currículo próprio para surdos. Observa-

se que todo currículo é adaptado para atender as necessidades educativas, bem como atividades, jogos educativos e projetos junto a escola.

A professora entrevistada destaca que desses 16 estudantes matriculados no AEE apenas metade tem a LIBRAS como sua língua materna, sendo um facilitador para o processo de alfabetização. A outra metade não tem a LIBRAS como sua primeira língua e por esse motivo utilizam-se recursos adequados para que esta língua seja ensinada para esses estudantes.

Na sala do AEE, onde os estudantes são recebidos, observa-se vários recursos que auxiliam na alfabetização, como alfabeto manual, o alfabeto em LIBRAS, onde são expostas as letras ensinadas e a configuração de mão que a representa, no chão da sala possui um jogo que conforme for passando etapas os estudantes devem desenvolver uma conversa sobre determinado assunto com a professora ou sinalizar algo em LIBRAS (depende do grau de conhecimento em que os estudantes se encontram), sempre utilizando LIBRAS como o principal meio de comunicação. Observam-se também figuras com expressões faciais coladas nas paredes da sala que são utilizadas principalmente com estudantes no início do processo de alfabetização.

São desenvolvidas atividades tanto em LIBRAS quanto em português, para contribuir na alfabetização. Grande parte dessas atividades são retiradas de pesquisas realizadas na internet e adaptadas conforme as necessidades. Nas atividades escritas em português, a princípio são inseridas palavras pequenas de fácil compreensão e em seguida evolui-se para textos mais complexos.

Percebe-se, então, que o uso desses recursos didáticos é essencial para que a alfabetização ocorra de forma clara e objetiva, um completando o outro, mas tendo sempre como primordial o uso de LIBRAS.

Entre várias situações abordadas durante a pesquisa, depara-se com vários fatores e discussões envolvendo a alfabetização de estudantes surdos, entendem - se que por mais difícil que seja esse processo de alfabetização, ainda há profissionais buscando capacitação e experiências para garantir uma educação de qualidade.

Segundo a Professora Juliana a alfabetização desses estudantes vai muito além do que trocar conhecimentos, naquele ambiente escolar pode-se observar trocas de experiências e socialização por meio de vivências não somente com a professora, mas com toda a escola, pois para os surdos poderem compreender melhor sua língua nativa (língua gestual-visual), precisam de contato com outros surdos usuários da língua de sinais (professores fluentes em línguas de sinais e intérpretes). Na maioria das vezes as crianças são filhas de pais ouvintes, têm acesso a língua de sinais tardiamente, e a escola precisa ser esse espaço de relação social, propiciando um ambiente linguístico apropriado. Como os seguintes autores ressaltam:

A escola torna-se, portanto, um espaço linguístico fundamental, normalmente é o primeiro espaço em que a criança surda entra em contato com a Língua brasileira de sinais. Por meio da língua de sinais, a criança vai adquirir a linguagem. Isso significa que ela estará concebendo um mundo novo usando uma língua que é percebida e significada ao longo do seu processo. Todo esse processo possibilita a significação por meio da escrita que pode ser na própria língua de sinais, bem como no português. Como diz Karnopp 'as pessoas não constroem significados em vácuo.' (QUADROS e SCHMIEDT, 2006, 22- 23).

A professora desenvolveu projetos como: "Um minuto, um sinal", onde é tirado um minuto do intervalo para ensinar um sinal em LIBRAS, contando com um estagiário surdo para desenvoltura desse projeto e "LIBRAS em ação", onde a escola disponibiliza uma vez por semana um curso básico de LIBRAS para comunidade, onde as aulas são ministradas por professores voluntários especializados em Língua Brasileira de Sinais.

As aulas ministradas do AEE abrangem todas as áreas, desde a matemática até assuntos do cotidiano, fazendo com que o estudante se identifique com o mundo ao seu redor e se desenvolva utilizando a LIBRAS. Logo, não há uma metodologia padrão para a alfabetização desses estudantes, pois cada um possui suas especificidades que devem ser trabalhadas de forma individual pelo professor.

O Atendimento Educacional Especializado não é uma aula de reforço para os estudantes surdos, pois não possui nenhum vínculo com as demais escolas do município, ou seja, não se dá continuidade às disciplinas ensinadas nas escolas regulares, são realizados planejamentos próprios para atender esses estudantes. De

acordo com a nossa entrevistada, esses planejamentos são realizados conforme cada necessidade do estudante e é nele que será exposto o que se deve estudar, quais os meios metodológicos e os meios de intervenções que deverão ser utilizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na alfabetização dos estudantes surdos ainda é uma tarefa que exige mudanças de paradigmas, pois são questões complexas que necessitam de momentos de reflexão e ação no contexto escolar para que as dificuldades enfrentadas neste processo sejam sanadas.

Essas dificuldades afetam diretamente a vida dos estudantes surdos e o reconhecimento de sua identidade, como por exemplo: a dificuldade de algumas famílias em compreender as necessidades das crianças surdas com relação a própria surdez, o fato da criança nascer em um lar de ouvintes com pais despreparados para receber essa criança surda, falta do transporte para se chegar no AEE que esses estudantes têm direito por lei, a falta de profissionais capacitados para atendimentos especializados, diagnósticos médicos que em algumas vezes traz uma falsa esperança referente a surdez do sujeito, entre outras situações citadas pela professora entrevistada, ou seja, ainda há muito o que fazer para que a alfabetização aconteça de forma.

Em virtude dos fatos mencionados no decorrer desta pesquisa, percebe-se que o processo de alfabetização do estudante é algo que acontece gradativamente e que algumas falhas encontradas no sistema educacional retardam o desenvolvimento cognitivo do estudante por falta de políticas públicas que atenda esse público.

Mediante as dificuldades encontradas para que a alfabetização dos estudantes surdos aconteça de uma forma clara e objetiva, se faz necessário que os professores estejam preparados e que tenham uma formação adequada para receber essas crianças no universo escolar, onde a inclusão se torna necessária para construam sua própria identidade. Não somente professores, mas toda a equipe escolar precisa está prontamente conscientizada. Vale enfatizar que a comunicação entre corpo

pedagógico/coordenação e os docentes das instituições é muito importante, pois assim todos podem conscientizar os estudantes ouvintes a respeitar as diferenças.

Compreende-se que a alfabetização depende do planejamento escolar que é realizado para cada estudante, adaptando de acordo com as suas necessidades e seus conhecimentos. Segundo a professora Juliana, a adaptação curricular nem sempre viabiliza as necessidades cognitivas do estudante, pois o ideal seria um currículo pensado na especificidade do mesmo. Sendo assim a escola deve dispor de múltiplos recursos de ensino e aprendizagem, tendo como principal ferramenta a LIBRAS que é o elo primordial entre a vida social e a vida educacional do indivíduo.

Em virtude do que foi mencionado, o estudante surdo pode e deve participar com os demais ouvintes em sala de aula, participando de atividades desenvolvidas e propostas pelo professor, para que isso ocorra é necessário que a instituição entenda que o estudante surdo não deve ser excluído por causa de sua condição, pois em todos os lugares, principalmente nas escolas devem ser valorizados.

No município de Serra as escolas ainda não possuem essa adequação necessária, mas os estudantes podem contar com o polo do AEE na EMEF "*Ernest Huel*", onde têm contato com outros estudantes surdos dos bairros adjacentes, o que possibilita a troca de experiências e vivências e os leva a perceber que existem outros indivíduos na mesma condição e que são pertencentes da mesma realidade. Levando em consideração esses aspectos, a LIBRAS é o elemento indispensável para que essa apropriação aconteça com sucesso, pois é a língua que dará o subsídio necessário, visto que ela é a língua materna da pessoa surda.

Conclui-se que o processo de alfabetização do estudante surdo é possível, e, deve considerar o ensino em LIBRAS, com professores capacitados, proporcionando aos educandos experiências que ampliem a capacidade de se sentirem pertencentes àquele espaço escolar, utilizando vários métodos e recursos didáticos para que haja uma interação comunicativa, facilitando, assim, o processo de alfabetização.

8 REFERÊNCIAS

BOGAS, João Vitor. **A história de Libras, a língua de sinais do Brasil**. Comunidade surda, ensino de Libras (2016). Disponível em: <http://blog.handtalk.me/historia-lingua-de-sinais/>. Acesso em: 26 de maio. 2019.]

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na interpretação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica- Lei 9.304 de 20.12096. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10 de abril. 2019]

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (2014, 25 de junho). Dispõe o **Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília. Recuperado: 10 jun. 2016. Disponível: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documentoreferencia.pdf>. Acesso: 25 de setembro. 2019.]

BRASIL. DECRETO Nº. 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamento da Lei no 10.436, de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS**. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/decreto-5626-05>. Acesso em: 10 de Abril. 2019]

BRASIL. DECRETO Nº 6571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o **Atendimento Educacional Especializado**, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: 13 de novembro. 2019]

BRASIL. Ministério da Educação (2008). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP. Recuperado: 1 mai. 2016. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 20 de outubro. 2019] .

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade: implicações educativas**. Disponível em: < <http://entreamigos.com.br/sites/default/files/textos/Aprendendonadiversidade.pdf>.> Acesso em: 10/06 set. 2019.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MUTTÃO, Melaine Duarte Ribeiro; LODI, Ana Claudia Balieiro. **Formação de professores e educação dos surdos: Revisão sistemática de teses e dissertações.** Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto – SP – Brasil. 2018.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1995.

NERY, Clarisse Alabarce; BATISTA, Cecília Guarnieri. **Imagens visuais como recursos pedagógicos na educação de uma adolescente surda: um estudo de caso.** Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 14, n. 29, dez. 2004. Disponível em. Acesso em 13 nov. 2019.

REILY, L. H. (2003). **As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para Pré-escolares surdos.** Em I. R.Silva; S. Kauchakje & Z. M.Gesueli (Orgs.), Cidadania, Surdez e Linguagem: desafios e realidades. Cap. IX (pp.161-192).SP: Plexus Editora.

PALMA, Naiana de Oliveira. **Libras: Instrumento de inclusão escolar do aluno surdo.** Pós - graduação Lato sensu em Neuropedagogia e Língua de Sinais – Libras, apresentado ao Centro Sul Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. 2012.

PERLIN, G. **Identidades surdas.** In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PEREIRA, Maria Cristina da C.(org) **Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.** São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L.P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller. **Alfabetização e o Ensino da Língua de Sinais.** Textura, Conoas, n. 3, p.53-62, 2000.

QUADROS, Ronice Müller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller. **O bi do bilinguismo na educação de surdos** In: Surdez e bilinguismo.1 ed.Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.

RODRIGUES, Ednalva Gutierrez. **A alfabetização/educação de surdos na história da educação do Espírito Santo.** Tese apresentada para o curso de pós-graduação na Faculdade Federal do Espírito Santo – UFES. 2014.

SANTOS, Luiz Gracia. **Alfabetização e inclusão da pessoa com surdez**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB. Carinhanha – Bahia. 2015

SOARES, R.S. (2013). **Educação bilíngue de surdos: desafios para a formação de professores**. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

STROBELL, K. **História da Educação do Surdo**. Florianópolis, 2009.

SERRA, Secretaria Municipal da Educação. **Educação Especial**. Disponível no site: <http://serra.es.gov.br/site/guiadeservicos/busca/106/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL> . Acesso: 03 de novembro de 2019].

SERRA, Prefeitura Municipal - **Serra tem número recorde de Crianças na Escola**. Publicado 12 de abril de 2017. Disponível no site: <http://www.serra.es.gov.br/site/publicacao/serra-tem-numero-recorde-de-criancas-na-escola>. Acesso: 03 de novembro de 2019].

SERRA, Anexo da resolução CMES nº195/2016. **Diretrizes para a educação especial da rede municipal de ensino da Serra/ES**. Serra, 2016. Disponível no site: https://diariomunicipales.org.br/arquivos/publicacoes/1491509296_0604_resoluo_cm_es_n195_2016_e_diretrizes_para_a_educacao_especial.pdf. Acesso: 04 de novembro de 2016].

ANEXO

ENTREVISTA REALIZADA COM A PROFESSORA JULIANA

1. Fale sobre o trabalho pedagógico desenvolvido para alfabetização dos estudantes surdos. Como acontece?
2. Quais são as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com estudantes surdos?
3. Quais são as perspectivas encontradas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com estudantes surdos?
4. Quais são os recursos didáticos utilizados para alfabetização dos surdos?
5. Cada estudante possui suas características e identidade. Com os estudantes surdos essa realidade não é diferente. Como acontece a inserção desses alunos na escola?
6. Como acontecem os planejamentos das atividades? Quem participa?
7. O que você mais gosta neste trabalho?